

APRESENTAÇÃO

A relação entre a história e a arquivologia não constitui qualquer novidade, já que o contexto sociopolítico, cultural e econômico da produção de um arquivo de uma entidade coletiva nos é dado a conhecer pelo estudo da história político-institucional. Esta relação assegura o acesso a qualquer acervo tanto pela administração quanto pelo cidadão, por meio de instrumentos de pesquisa eficientes que retratem as mudanças enfrentadas pelos organismos produtores dos documentos. Para uma aplicação segura dos procedimentos arquivísticos, é imprescindível possuir conhecimentos do contexto administrativo da produção do documento, especialmente aqueles referentes à estrutura organizacional e às funções do organismo produtor, que podem possuir um papel fundamental na solução das dúvidas e dificuldades, teóricas e práticas, que surgem na definição de um fundo de arquivo.

Destes procedimentos derivam a íntima conexão existente entre a pesquisa arquivística e a pesquisa histórica, o que garantiu um lugar privilegiado aos trabalhos de história da administração nas instituições arquivísticas, considerados um instrumento fundamental ao processo de modernização de suas práticas profissionais, de garantia de qualidade no tratamento da informação pública e dos serviços prestados ao usuário. A presente edição da revista *Acervo* dedica-se a esta relação e traz um dossiê voltado ao tema *Estado, Poder e Administração*, reunindo pesquisadores de diferentes perspectivas que fornecem um amplo painel sobre a historiografia da história política.

O dossiê é aberto pelo artigo da pesquisadora Maria Letícia Corrêa em coautoria com Maria Fernanda Vieira Martins, *Para uma leitura teórica da historiografia sobre a formação do Estado no Brasil*. As autoras colocam em discussão, sob a perspectiva da contribuição do cientista social Charles Tilly, o processo de construção do Estado nacional brasileiro, alguns dos pressupostos comuns que marcaram a historiografia sobre este processo e suas relações com a sociedade nos séculos XIX e XX.

A autonomia política dos oficiais régios foi o objeto do estudo de Guilherme Amorim, que analisou a questão a partir do panegírico fúnebre de autoria de Juan Lopes Sierra, publicado na Bahia em 1676, em homenagem ao governador-geral do Brasil, Afonso Furtado de Mendonça.

Marieta Pinheiro de Carvalho, num exemplo de pesquisa orientada pela renovação da história político-institucional, nos apresenta um artigo em que analisa o papel da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil e a administração joanina. A partir da compreensão da administração como um campo privilegiado do exercício do poder, a autora se dedica ao estudo da montagem da estrutura da Secretaria, bem como dos elementos que conferiam os nexos da ação administrativa do órgão durante a permanência da Corte na América.

Em *Um edifício gótico entre instituições modernas: o debate parlamentar sobre o Conselho Supremo Militar e de Justiça (1822-1860)*, Adriana Barreto de Souza aborda uma importante instituição erigida por ocasião da instalação da Corte portuguesa Brasil. A autora analisa, a partir dos debates parlamentares ocorridos na Câmara dos Deputados e no Senado, as críticas sofridas pelo modelo administrativo que fundamentou a montagem deste tribunal e os projetos de reforma que tramitaram no período.

Fernanda Lima Rabelo assina o artigo intitulado *De experts a “bodes expiatórios”: a elite técnica do DASP e a reforma no funcionalismo público federal no Estado Novo (1938-1945)*. A autora analisa um período em que são ainda escassos os estudos sobre a temática da administração, o que confere enorme relevância ao seu estudo sobre o DASP.

O dossiê se encerra com o artigo de Cynthia Roncaglio, *A história administrativa serve como subsídio para a organização da informação arquivística ou vice-versa?*, que analisa alguns aspectos da relação entre a história e a atividade arquivística, especialmente a partir da perspectiva das transformações decorrentes do amadurecimento da arquivologia como um campo científico autônomo.

Esta edição conta ainda com duas resenhas relacionadas ao tema do dossiê. A primeira aborda o livro recém-lançado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, *A província fluminense: administração provincial no tempo do Império do Brasil*; a segunda trata do livro *Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro: a travessia da “arca grande e boa” na história carioca*, que apresenta estudo original sobre a história da função arquivística na administração municipal carioca. Além disso, brindamos o leitor com três outros artigos livremente submetidos à revista Acervo, em que ressaltamos a pesquisa cuidadosa e abordagens originais que valorizam a presente edição. A todos, uma boa leitura!

DILMA CABRAL E PAULO KNAUSS